

Dono de escola é preso por cobrança indevida

JORNAL DO BRASIL

BRASÍLIA — O proprietário do Colégio Minas Gerais, José Pio de Abreu, e seu filho, Antônio César de Abreu, diretor da escola, foram presos ontem, em flagrante, por cobrarem mensalidades acima do valor determinado pela liminar da 3ª Vara da Justiça Federal, que suspendeu o sistema de liberdade vigiada. O proprietário e o diretor do colégio — um dos maiores estabelecimentos de ensino particular do Distrito Federal — foram presos pelo delegado Evangelista Vieira da Silva, da Polícia Federal, que já havia aberto inquérito contra a escola, a pedido do autor da liminar, o procurador da República, João Batista de Almeida. José Pio e Antônio César foram liberados após o pagamento de fiança no valor de NCz\$ 732,92 para cada um.

Por cobrarem cerca de 30% acima do valor previsto na liminar — foi tomado como exemplo o carnê de um aluno que deveria pagar NCz\$ 189,70 no mês de setembro, mas a escola cobrou NCz\$ 247,30 — o pai e filho foram acusados de crime contra a economia popular (Lei nº 1.521/51), que prevê uma pena de 2 a 10 anos. Ambos também foram denunciados por desobediência ao Artigo 339 do

Código Penal, que prevê detenção de 15 dias a seis meses e mais multa, a ser fixada pelo juiz no final do processo.

Injustiça — O proprietário da escola classificou de injustas as duas prisões, alegando que estava cumprindo a liminar. Segundo ele, o erro foi do Conselho Estadual de Educação, que não considerou o aumento de 16,4% das anuidades autorizado em janeiro pelo Conselho Federal de Educação. “O que houve foi uma divergência de preços entre o Conselho do Distrito Federal e a escola. Eles fixaram parâmetro que não eram reais”, argumentou.

José Pio de Abreu, que é dono de uma escola com 800 alunos de primeiro grau e 80 professores, disse ontem que a solução para resolver a situação, que ele classifica de polêmica, seria uma mesa redonda entre as partes interessadas, os ministérios da Fazenda e Educação, Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino e pais de alunos. “A maneira como eles querem fazer, impondo preços, sem considerar a realidade de cada escola, não pode dar certo”, observou Abreu.